



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

# Relatório de Estabilidade Financeira

ISSN 1677-812X  
CGC 00.038.166/0001-05

Relatório de Estabilidade Financeira	Brasília	v. 3	nº 2	nov	2004	P. 1 - 186
--------------------------------------	----------	------	------	-----	------	------------

# Relatório de Estabilidade Financeira

Publicação semestral do Banco Central do Brasil (Bacen)

Os textos e os correspondentes quadros estatísticos e gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

**Departamento de Supervisão Indireta (Desin) – Apresentação, Sumário executivo e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional**

(E-mail: [desin@bcb.gov.br](mailto:desin@bcb.gov.br))

**Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep) – Estudos selecionados**

(E-mail: [conep.depep@bcb.gov.br](mailto:conep.depep@bcb.gov.br))

**Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor) – Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional**

(E-mail: [denor@bcb.gov.br](mailto:denor@bcb.gov.br))

**Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) – Sistema de Pagamentos Brasileiro**

(E-mail: [deban@bcb.gov.br](mailto:deban@bcb.gov.br))

**Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) – Mercado financeiro nacional**

(E-mail: [gabin.demab@bcb.gov.br](mailto:gabin.demab@bcb.gov.br))

**Departamento Econômico (Depec) – Mercados financeiros internacionais**

(E-mail: [depec@bcb.gov.br](mailto:depec@bcb.gov.br))

**Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) – Organização do sistema financeiro**

(E-mail: [copec.deorf@bcb.gov.br](mailto:copec.deorf@bcb.gov.br))

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, Volume 3, nº 2.

## Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil  
Secre/Surel/Dimep  
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Ed.-Sede – M1  
Caixa Postal 8.670  
70074-900 Brasília – DF  
Telefones: (61) 414-3710 e 414-3711  
Fax: (61) 414-3626  
E-mail: [editor@bcb.gov.br](mailto:editor@bcb.gov.br)

Tiragem: 900 exemplares

## Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
  - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- \* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e dos gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

## Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço: Secre/Surel/Diate  
Edifício-Sede – 2º subsolo  
SBS – Quadra 3 – Zona Central  
Telefones: (61) 414 (...) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406  
DDG: 0800 992345  
Fax: (61) 321-9453  
70074-900 Brasília – DF  
Internet: <http://www.bcb.gov.br>  
E-mail: [cap.secre@bcb.gov.br](mailto:cap.secre@bcb.gov.br)

# Índice

---

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Sumário executivo</b>	<b>9</b>
<b>Evolução dos mercados financeiros</b>	<b>13</b>
1.1 Introdução	13
1.2 Mercado financeiro nacional	14
1.3 Mercados financeiros internacionais	19
1.3.1 Fluxos internacionais de capitais	19
1.3.2 Mercados financeiros internacionais	22
1.3.3 Instituições financeiras	28
1.4 Conclusão	34
<b>Supervisão do Sistema Financeiro Nacional</b>	<b>37</b>
2.1 Visão geral	37
2.2 Estrutura patrimonial	41
2.2.1 Ativos	41
2.2.2 Passivos	44
2.2.3 Patrimônio líquido	45
2.3 Resultados	45
2.3.1 Composição e evolução	45
2.3.2 Custo operacional e taxa de retorno	47
2.4 Capital e limites	48
2.4.1 Índice de Basileia	48
Evolução	48
Concentração do PR e do PLE	50
Consolidado bancário I	50
Consolidado bancário II	51
Consolidado bancário III	51
Consolidado não-bancário	51
2.4.2 Limite de imobilização	52
Evolução	52
Consolidado bancário I	52
Consolidado bancário II	53
Consolidado bancário III	53
Consolidado não-bancário	54
2.5 Riscos	60
2.5.1 Operações de crédito	60

Operações baixadas como prejuízo	61
Coobrigações	62
Maiores devedores do SFN	62
Distribuição dos cem maiores devedores segundo o setor econômico	63
Classificação das operações de crédito	63
Inadimplência	66
Provisão	66
Provisão constituída/provisão mínima	67
2.5.2 Exposição cambial	69
Exposição líquida na cesta de moedas	70
Volume de posições comprada e vendida na cesta de moedas	71
Exposição líquida das moedas da cesta	71
Exposição líquida das moedas não integrantes da cesta	72
Exposição líquida na cesta por segmento	72
Volume de posições comprada e vendida na cesta por segmento	73
Concentração do SFN	74
2.6 Cenários de estresse	75
2.6.1 Universo analisado	75
2.6.2 Estresse de risco de crédito	76
2.6.3 Estresse de taxa de juros e de câmbio	76
2.6.4 Avaliação dos resultados	76
2.6.4.1 Situação inicial	76
2.6.4.2 Cenários de estresse de alta	77
Aumento do risco de crédito	77
Aumento das taxas de juros e de câmbio	77
Aumento das taxas de juros, de câmbio e do risco de crédito	77
2.6.4.3 Cenários de estresse de baixa	78
Baixa das taxas de juros e de câmbio	78
2.7 Conclusão	83

<b>Sistema de Pagamentos Brasileiro</b>	<b>85</b>
3.1 Introdução	85
3.2 Sistemas de Compensação e de Liquidação de Ativos e de Câmbio	86
3.2.1 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)	86
3.2.2 Câmara de Registro, Compensação e Liquidação de Operações de Derivativos da BM&F (BM&F-Derivativos)	87
3.2.3 Câmara de Registro, Compensação e Liquidação de Operações de Câmbio da BM&F (BM&F-Câmbio)	88
3.2.4 Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip)	88
3.2.5 Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC)	88
3.2.6 Câmara de Ativos da BM&F (BM&F-Ativos)	89
3.3 Sistemas de Compensação e de Liquidação de Pagamentos	91
3.3.1 Sistema de Transferência de Reservas (STR)	92
3.3.2 Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	92
3.3.2.1 Sistema de Transferência de Fundos (Sitraf)	92
3.3.2.2 Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito (Siloc)	93
3.3.3 Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe)	94
3.4 Conclusão	96

<b>Organização do sistema financeiro</b>	<b>99</b>
4.1 Introdução _____	99
4.2 Processos de reorganização, estrutura de capital e dinâmica operacional no SFN _____	101
4.3 Microfinanças _____	104
4.3.1 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor _____	106
4.3.2 Cooperativas de crédito _____	107
4.3.3 Correspondentes bancários _____	108
<b>Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional</b>	<b>111</b>
5.1 Introdução _____	111
5.2 Principais normativos _____	111
I - Atendimento ao público _____	111
II - Contas de depósitos à vista tituladas por pessoas físicas brasileiras no exterior _____	112
III - Contas especiais de depósitos _____	113
IV - Depósitos em contas de depósitos mediante cartão de crédito _____	113
V - Abertura de contas de depósito para investimento _____	114
VI - Cooperativas de crédito _____	114
VII - Demonstrativos contábeis de administradoras de consórcio _____	114
VIII - Comitê de auditoria _____	115
IX - Avaliação contábil de títulos e valores mobiliários _____	117
X - Operações de empréstimo e troca de títulos _____	118
XI - Operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa _____	118
XII - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo _____	120
XIV - Sistema de crédito rural _____	120
XIII - Comprovação da origem de recursos destinados à subscrição de aumento de capital em espécie _____	121
XV - Arrendamento Mercantil – <i>Leasing</i> _____	122
XVI - Cartão de crédito – Financiamento de bens e serviços adquiridos no exterior _____	123
<b>Estudos selecionados</b>	<b>125</b>
Comparativo da Eficiência Bancária Utilizando <i>Data Development Analysis</i> (DEA) _____	127
Uma Proposta para Coleta e Geração de Informações sobre Risco de Instituições Financeiras: o Caso dos Derivativos _____	149
<b>Boxes</b>	
Conceitos e Metodologias _____	55
Matriz de Migração de Classificação de Crédito _____	64
Conceitos e Metodologias – Operações de crédito _____	68
Conceitos e Metodologias – Cenários de estresse _____	79
Metodologia <i>Riskmetrics</i> para Calcular Valor em Risco _____	80
Abordagem Híbrida para Calcular Valor em Risco _____	82
<b>Apêndice</b>	<b>179</b>



# Apresentação

---

A publicação de análises sobre o desempenho do sistema financeiro realizadas pelos bancos centrais é amplamente recomendada sob a ótica da transparência da autoridade monetária e da convergência de expectativas dos agentes. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil, a partir de novembro de 2002, passou a divulgar semestralmente o “Relatório de Estabilidade Financeira”, publicação que objetiva realizar diagnóstico sobre a eficiência e a solvência do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Este Relatório, em sua quinta edição, tem como referência, principalmente, os dados ocorridos no primeiro semestre de 2004 e, em algumas seções, os primeiros meses do segundo semestre. É constituído por seis capítulos: Evolução dos mercados financeiros; Supervisão do Sistema Financeiro Nacional; Sistema de pagamentos; Organização do sistema financeiro; Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional; e Estudos selecionados.

No primeiro capítulo, é realizada avaliação do comportamento recente dos mercados financeiros doméstico e internacional.

No capítulo subsequente, o foco encontra-se na composição e na evolução dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido, na análise de resultados, na adequação ao limite de Basileia e ao limite de imobilização, nos riscos de crédito e de mercado. Nos cenários de estresse, são analisados os impactos sobre a adequação ao limite de Basileia, consideradas elevações ou rebaixamentos da taxa de câmbio e das taxas de juros e deterioração da qualidade dos créditos.

O capítulo três, que trata do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), contém análise acerca da consolidação das medidas adotadas para adequá-lo às melhores práticas e recomendações de segurança e eficiência, dois anos após sua reestruturação. Nesse período, o Banco Central do Brasil tem estabelecido os instrumentos necessários ao exercício

de seu papel de vigilante do sistema de pagamentos com o objetivo de promover a segurança, a integridade financeira e a eficiência dos sistemas de liquidação, sobretudo com foco no varejo.

No capítulo dedicado à organização do sistema financeiro, observa-se que as decisões estratégicas das instituições financeiras, com impacto na estrutura do SFN, mantiveram-se em consonância com o objetivo de elevar escala, reduzir custos e manter receitas.

Quanto à regulamentação do SFN, comentada no capítulo cinco, é apresentada síntese dos principais aperfeiçoamentos introduzidos na estrutura regulamentar brasileira, merecendo destaque a edição de normas voltadas à organização do sistema, aos procedimentos contábeis, ao relacionamento entre instituições e clientes e ao combate à lavagem de dinheiro.

No capítulo final, Estudos selecionados, são apresentados trabalhos técnicos, cujos temas estão relacionados ao papel da autoridade monetária na supervisão bancária e na condução da política monetária. Esses artigos são de autoria de servidores do Banco Central do Brasil ou de autores externos que tenham recebido suporte institucional. Os trabalhos referem-se a:

- i. Comparativo da Eficiência Bancária Utilizando *Data Development Analysis* (DEA);
- ii. Uma Proposta para Coleta e Geração de Informações sobre Risco de Instituições Financeiras: o Caso dos Derivativos.

A base de dados utilizada no presente Relatório refere-se à data de 3 de setembro de 2004, e eventuais divergências em relação à edição anterior e a outras publicações são decorrentes de substituições de documentos, pelas instituições financeiras, no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen).



## Sumário executivo

---

Ao longo de 2004, a economia brasileira tem registrado recuperação do nível de atividade em decorrência, primordialmente, do bom desempenho das exportações, seguido pela disseminação do crescimento nos demais setores de produção. Ademais, o bom desempenho das contas fiscais e do regime de metas para inflação contribuiu para um ambiente interno de relativa tranquilidade, não obstante as incertezas no cenário externo, em razão principalmente da política monetária norte-americana e da alta dos preços do petróleo. Esses fatos, naturalmente, geraram maior volatilidade no mercado interno, principalmente no decorrer de maio.

A crescente solidez dos fundamentos econômicos internos e a credibilidade alcançada na gestão macroeconômica favoreceram, ao final do primeiro semestre de 2004, a redução da volatilidade nos mercados de câmbio e de juros e a recuperação do risco-país e do Ibovespa.

Nesse contexto econômico, o SFN mostrou-se fortalecido, evidenciando estar suficientemente capitalizado para fazer face aos riscos a que estão expostas as instituições financeiras que o compõem.

A expansão do crédito e seus efeitos multiplicadores, aliada a fatores econômicos, tais como o crescimento da massa salarial, contribuiu para a recuperação da demanda interna e, conseqüentemente, para a expectativa de crescimento em torno de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

O desempenho positivo tanto das operações de crédito com pessoas físicas, sustentadas especialmente pelos créditos consignados em folha de pagamento, quanto das operações com pessoas jurídicas, fundamentadas em recursos de origem interna e externa, esteve embasado nas boas expectativas dos consumidores e dos empresários industriais. Esses fatores, aliados à evidente consistência dos preços com as metas de inflação e aos resultados

positivos das contas públicas, concorreram para a sustentação do atual ritmo de crescimento da atividade econômica.

Outro fato que tem contribuído para o fortalecimento do SFN tem sido a reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), com inúmeras ações tendo sido implementadas pelo Banco Central do Brasil – em conjunto com entidades do mercado financeiro –, com o intuito de oferecer à sociedade brasileira confiabilidade e eficiência segundo os padrões internacionais de regulação de sistemas de pagamento.

Destacaram-se no semestre: a criação da Câmara de Ativos da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F (BM&F-Ativos), objetivando o desenvolvimento de mercado secundário de títulos públicos federais; a consolidação do Sistema de Transferência de Fundos (Sitraf), sistema híbrido de liquidação de pagamentos operado pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); a criação do Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito (Siloc), sistema multilateral para transferências de crédito de baixo valor criado para absorver a liquidação dos Documentos de Crédito (DOC); a continuidade da adequação da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe) aos requisitos regulamentares de gerenciamento de riscos do SPB.

No primeiro semestre de 2004, foram concedidas autorizações para abertura de 1.592 novas agências bancárias – a maioria para os bancos públicos –, fato que demonstra uma boa ampliação da rede, não obstante o contexto de processos de reestruturação nos quais as instituições perseguem o propósito de reduzir custos, mediante o fechamento de pontos de atendimento economicamente inviáveis. Quanto às aquisições, segue a disputa, particularmente no nicho de financiamento ao consumo, em que se destaca a autorização para aquisição do Banco Zogbi S.A. e do Banco do Estado do Maranhão S.A. pelo Banco Bradesco S.A., e a do Banco Sudameris Brasil S.A. pelo Banco ABN Amro S.A. Esses fatos mostram a estratégia do setor privado de aumentar sua presença no segmento de crédito massificado.

A participação do capital estrangeiro no SFN apresentou diminuição – representada por dez instituições financeiras estrangeiras ou com participação estrangeira no País que foram incorporadas por instituições nacionais. Isso reflete o ajuste das participações societárias externas,

como resultado da adequação ao novo ambiente competitivo, não implicando, necessariamente, saída total dos recursos que, em parte, migraram na condição de acionista minoritário para instituições sob controle nacional.

No segmento de microfinanças, foram constituídas 24 cooperativas de crédito e três Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs); porém, as saídas do sistema em números maiores resultaram num quantitativo inferior àquele verificado em dezembro de 2003. Há grande número de projetos apresentados ao Banco Central que dizem respeito à adequação das cooperativas de crédito existentes às novas regras de microfinanças. O volume de recursos consignados no patrimônio líquido, no ativo e no passivo das sociedades de crédito ao microempreendedor, tem apresentado rápida evolução, indicando que há demanda latente de expansão dessa modalidade operacional. Embora aponte arrefecimento do ritmo de aumento, os correspondentes bancários continuam crescendo de forma relevante. Esses fatos validam os esforços empreendidos para se aperfeiçoar a regulação desse segmento.

Ainda no sentido de aprimorar a regulamentação do SFN, com respeito aos procedimentos contábeis, no primeiro semestre de 2004, foram editadas normas relacionadas com: responsabilidades das cooperativas de crédito prestadoras de serviços de compensação; registro, pelas cooperativas singulares e centrais de crédito, das operações de centralização financeira; e guarda da documentação contábil e de escrituração das administradoras de consórcios.

A exigência para constituição do comitê de auditoria, as regras para a avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, a regulamentação das operações de empréstimo e troca de títulos e as regras de direcionamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) foram alteradas.

No caso de relacionamento entre instituições e clientes, as normas foram voltadas para: o critério de suspensão de atendimento ao público, em caso de calamidade pública; a comunicação prévia ao público, no caso de alterações do horário de atendimento; a abertura de contas de depósitos de titularidade de brasileiros que se encontram temporariamente no exterior; o limite para manutenção das contas especiais de depósitos destinadas à população de baixa renda e microempreendedores; a aceitação de cartão de crédito como instrumento de

depósito em contas de depósitos à vista; e a abertura de contas-correntes de depósito para investimento.

Outras alterações ocorreram na comprovação da origem de recursos destinados à subscrição de aumento de capital em espécie; na faculdade de contratação de variação cambial em contratos de arrendamento mercantil (*leasing*); e no financiamento de bens e serviços adquiridos no exterior mediante cartão de crédito.